

Creche no município de Humaitá – Amazonas: tempos e espaços pedagógicos

Guardería en el municipio de Humaitá - Amazonas: tiempos y espacios pedagógicos

Milena Azevedo de Andrade¹
Zilda Gláucia Elias Franco²

O presente estudo tem como objetivo analisar a organização do trabalho pedagógico realizado em turmas da Educação Infantil: creche, em território urbano do município de Humaitá – AM. A análise considera as orientações destinadas a essa etapa da educação e ao contexto amazônico. A metodologia é qualitativa, trata-se de um estudo de caso, com pesquisa documental e de campo. Compreende-se que a organização do trabalho pedagógico precisa ser (re)pensado conforme as necessidades e vivências das crianças. Um espaço pensado e organizado com fins pedagógicos, proporcionando a compreensão da criança sobre si própria e o ambiente onde se encontra inserida.

Palavras-chave: Educação Infantil; Creche; Políticas Públicas; Currículo.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar la organización del trabajo pedagógico realizado en las clases de educación infantil en el área urbana del municipio de Humaitá - AM. El análisis tiene en cuenta las directrices para esta etapa de la educación y el contexto amazónico. La metodología es cualitativa, un estudio de caso con investigación documental y de campo. Se entiende que la organización del trabajo pedagógico necesita ser (re)pensada de acuerdo con las necesidades y experiencias de los niños. Un espacio diseñado y organizado con fines pedagógicos, proporcionando al niño la comprensión de sí mismo y de su entorno.

Palabras clave: Educación infantil; Guarderías; Políticas públicas; Planes de estudios.

¹ Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). milena.azevedo.andrade@gmail.com. Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0000-0872-7173>.

² Doutora em Educação (PUC/SP). Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). zildaglaucia@ufam.edu.br. Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1654-7102>.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic (PIB-H/0302/2022), do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas no município de Humaitá – AM, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil (GPEDIN), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do projeto de pesquisa “Educação Infantil: políticas e práticas”, intitulado “A creche no município de Humaitá: que lugar é este?”.

É comum evidenciar a creche apenas como um local onde os pais ou responsáveis deixam as crianças para poderem trabalhar, e a necessidade de alguém para cuidar das crianças gerou a criação desses espaços, mesmo que tenha sido em um modelo assistencialista que subsistiu por décadas até a ressignificação de seus objetivos, relacionados ao desenvolvimento integral delas.

Realizando uma descrição muito breve, as creches nasceram no começo do século XVIII, por meio de ações assistencialistas e filantrópicas. Esses espaços eram chamados de “asilos infantis”. No contexto da industrialização, no século XIX, trabalhadores de grandes indústrias começaram a protestar por melhores condições de trabalho. Após muita luta das operárias e da sociedade civil, foram criados locais para que as/os filhos/filhas das trabalhadoras e trabalhadores pudessem permanecer durante o horário de trabalho: as creches.

Com o movimento de reivindicação por esses espaços por parte do movimento feminista, do movimento de trabalhadoras e trabalhadores, de pesquisadores e pesquisadoras de instituições ligadas à educação etc., ocorreram avanços no atendimento e compreensão do conceito de infância e criança no mundo todo. Ariès (2012) descreve que a definição de criança oscilou entre extremos em que ora se considerava a criança como um “bibelô” (século XVI) ou um “bichinho de estimação”, ora como um “adulto em miniatura” (século XVII), passível de encargos e abusos como os da negligência, do trabalho precoce e da exploração sexual.

No Brasil, o contexto não foi muito diferente. Oliveira (2011) menciona que, em meados de 1730, antes do surgimento dos “asilos infantis”, havia as Casas de Roda, um ambiente construído em formato de roda, cuja estrutura não permitia a identificação de quem levava a

criança, caracterizado aparentemente como um depósito, e nele se encontravam as chamadas “crianças não desejadas”.

Em 1988, a Constituição Federal progrediu em tal discussão ao estabelecer que é dever do Estado prestar assistência gratuita aos filhos e dependentes dos cidadãos brasileiros, com idades entre 0 e 6 anos, em creches e pré-escolas (Brasil, 1998).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) definiu a educação das crianças como a primeira etapa da educação básica. O documento descreve a obrigação das gestões municipais em oferecer Educação Infantil em creches e pré-escolas, com recursos garantidos pela Constituição Federal (Brasil, 1998), para a manutenção e desenvolvimento das instituições.

Mudanças ocorreram ao longo do tempo na Educação Infantil brasileira: a idade prevista para o término da pré-escola de 6 anos, alterada em 2006, passou de 6 para 5 anos e 11 meses, antecipando a entrada da criança no Ensino Fundamental. Outra mudança, introduzida pela Emenda Constitucional 59 de 2009, determinou a obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos (Brasil, 2006; 2009b).

A história mostra pouco investimento em creches, resultando no oferecimento de poucas vagas para as crianças, e assim um número ainda reduzido de instituições. Todas as crianças brasileiras são sujeitos que possuem o direito de frequentar espaços com qualidade, perto de sua casa, em sua comunidade. De acordo com dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Educação, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, 7,2 milhões de crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche, das quais 2,5 milhões, ou 34%, estão nessa situação por falta de vaga.

No contexto atual, as instituições de Educação Infantil seguem normativas específicas para o atendimento a essa faixa etária. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) estabelece novos direitos de aprendizagem que devem ser oferecidos às crianças brasileiras. No município de Humaitá – AM, com base em dados colhidos pelas narrativas da pesquisa (não obtivemos os dados escritos), em 2022 foram criados espaços para o atendimento dessa faixa etária. Inicialmente, com algumas turmas de 3 anos em 2020 e 2021 e, em 2022 e 2023, duas

instituições atendem especificamente crianças de 3 anos, uma em área rural e outra no território urbano.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo analisar a organização do trabalho pedagógico realizado em turmas da Educação Infantil: creche, em território urbano do município de Humaitá – AM, considerando as orientações destinadas a essa etapa da educação e ao contexto amazônico, por meio de pesquisa qualitativa. Trata-se de um estudo de caso, com a pesquisa documental e de campo e com análise dos dados recolhidos.

CRECHE: UMA CONQUISTA HISTÓRICA

O texto a seguir descreverá o contexto das políticas públicas na organização do trabalho pedagógico realizado cronologicamente ao longo dos anos. O direito ao atendimento em creches e pré-escolas tornou-se possível como direito social e se afirmou por meio da Constituição de 1988:

Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (Brasil, 1988, p. 6).

Desde então, muito se indaga sobre como propiciar uma Educação Infantil de qualidade para as crianças, atendendo suas necessidades. Além disso, questiona-se como propiciar a elas um espaço de boa convivência e coletividade, priorizando suas aprendizagens e desenvolvimento, buscando também boas práticas pedagógicas por parte das/dos educadoras/educadores. Após a Constituição, foram elaborados novos documentos que orientam e normatizam o atendimento e o trabalho a ser desenvolvido em creches.

Nova conquista foi adquirida com a LDB – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, no art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996). Para atender as crianças em seu aspecto integral novos documentos foram criados por estudiosos e pesquisadores da área, e, a seguir, destacamos, de maneira breve alguns deles.

Em 1998, foi lançado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que descreve: “Não é desejável que a creche seja considerada apenas um espaço de cuidados físicos e recreação e a pré-escola o local onde se legitima o aprendizado” (Brasil, 1998, p. 66). Nesse ambiente, as crianças carecem de um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescer como cidadãos com seus direitos reconhecidos e respeitados.

Um tempo depois, em 2006, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006) fizeram sugestões aos dirigentes municipais de educação, à equipe multidisciplinar, aos arquitetos e aos engenheiros, aos gestores e aos demais profissionais da instituição de Educação Infantil. Em suma, para que uma creche seja construída, é necessária a elaboração do projeto pensado em seu contexto físico e ambiental, seguido rigorosamente de etapas que envolvam esses aspectos.

Portanto, busca-se um relacionamento harmonioso entre os parâmetros contextuais-ambientais (características do terreno, localização e adequação da edificação dos parâmetros ambientais), parâmetros funcionais e estéticos (organização espacial, áreas de recreação e vivência, ambientação, acessos e percursos) e os parâmetros técnicos (serviços básicos de infraestrutura, materiais e acabamentos), o que é essencial identificar, pois cada estado, município, possui características próprias que devem ser observadas.

O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Básica criaram em 2009 a segunda edição do documento “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, evidenciando os critérios de organização e o funcionamento interno das creches e o trabalho direto com as crianças. Além disso, tal documento deixa claros os critérios de diretrizes e normas políticas que reforçam o compromisso educativo, administrativo e político que cada creche deve oferecer, mediante um atendimento de qualidade, segundo as necessidades das crianças.

O documento explicita critérios para a unidade creche, por exemplo: direito à brincadeira; direito ao contato com a natureza; direito à higiene e à saúde; direito a uma alimentação sadia; direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; direito a expressar seus sentimentos; direito a um ambiente aconchegante; direito à proteção, ao afeto e

à amizade; direito a uma atenção durante seu período de adaptação à creche; direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa etc.

Após a criação da segunda edição dos “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009c). Para uma melhor compreensão, é importante abordarmos alguns objetivos, definições e a concepção da Educação Infantil presentes nas Diretrizes:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (Brasil, 2009c, p. 7).

A organização das propostas pedagógicas na Educação Infantil precisa atender aos objetivos das orientações, mas, para que as diretrizes sejam adotadas, é necessário que se compreendam as definições de Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensinos e submetidos a controle social (Brasil, 2009c, p. 12).

Vale ressaltar que é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, sendo ela gratuita e de qualidade, não havendo requisito de seleção. Sendo assim, outra concepção necessária é sobre o que é criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009c, p. 12).

A criança é, portanto, um sujeito histórico que interage e vivencia o ambiente e o meio social em que se encontra inserida. Entre outras coisas, é importante destacar também o conceito de currículo e sua relação com as crianças. O que é então o currículo? Como ele se encontra relacionado com a criança?

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental,

científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2009c, p. 12).

O currículo tem como papel a organização do conhecimento escolar, visando as experiências e os saberes que as crianças já possuem. Entre as definições que as DCNEI (Brasil, 2009c) abordam, existe também a Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico (PPP), que é um plano para orientar as ações da instituição e busca definir as metas que se desejam alcançar no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças. É um projeto planejado pela escola e pela comunidade escolar. Desse modo, também elucidam a organização de tempo, espaço e materiais, compreendendo propostas pedagógicas para a diversidade, para crianças indígenas, para as infâncias do campo e das práticas pedagógicas para a Educação Infantil.

Seguindo com as transformações legais, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), documento normativo, em nível nacional, que tem como descrição a aprendizagem das crianças gradativamente ao longo das etapas da Educação Básica, com o objetivo de assegurar e respeitar seus direitos. A Educação Infantil tem seu atendimento dividido em três diferentes grupos etários: bebês (de 0 a 1 ano e seis meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Nesse sentido, compreende-se que

[...] há um caráter etapista, que fraciona o aprendizado e a construção do conhecimento e, por que não, as crianças em faixas etárias. Vale deixar-se tomar por certa dose de preocupação quando, ao recuperar determinadas práticas pedagógicas, ao longo da história, verifica-se que prevaleceu uma consideração excessivamente fragmentada que implicou, ao longo de décadas, a elaboração de propostas centralizadoras, pouco ou nada afeitas às crianças e a seus processos criadores, bem como às diversidades cultural, social ou econômica das mesmas (Gobbi, 2016, p. 124).

Como a Educação Infantil é a primeira etapa do processo educacional, muitas vezes também significa que ela produz a primeira separação das crianças com seus vínculos afetivos familiares, para se estruturarem na situação de socialização. Sendo assim, na BNCC (Brasil, 2017) as interações feitas entre a instituição de Educação Infantil e a família são fundamentais para o desenvolvimento da criança, considerando as interações e o brincar como uma forma que as crianças usam para se apropriarem de conhecimentos. Desse modo, a aprendizagem e o desenvolvimento na Educação Infantil caracterizam-se por garantir seis direitos: conviver,

brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. De acordo com a normativa, esses direitos possibilitam que a criança compreenda a si e o outro.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (Brasil, 2017, p. 38).

Nesse sentido, consideramos que esses direitos são imprescindíveis, porém

[...] quais os contextos em que esses chamados direitos acontecerão e foram determinados como direitos? O caráter universalizante de uma base curricular, seguramente, não os garantirá e necessitamos, ao fazer um exercício sociológico simples, desnaturalizá-lo e assim promover debates mais aprofundados (Gobbi, 2016, p. 122-123).

Levando em conta a intencionalidade educativa e as práticas pedagógicas, cabe ao educador planejar e organizar diversas experiências que proporcionem o desempenho da criança, e esse exercício se inicia pelo próprio processo de escuta da comunidade, da criança na criação do currículo proposto em cada PPP.

Nesses campos de experiências (Brasil, 2017) encontram-se os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, os quais são caracterizados e separados por faixa etária, sendo eles bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Vale ressaltar que essas separações não podem ser consideradas de forma rigorosa, pois as crianças não possuem o mesmo ritmo de aprendizagem, mas devem ser observadas e consideradas.

Destacamos que os campos de experiências são denominados a partir de conceitos trazidos de outros países e que envolvem as experiências iniciais das crianças, as experiências construídas em suas comunidades e territórios,

[...] à busca e construção de sentidos. Por isso, cabe criar condições, para que as crianças se sintam encorajadas a construir explicações sobre o mundo, e não que sejam receptoras de um saber pronto e acabado. Para tal, o professor precisa aprender a ouvi-las e a restituir os modos como as crianças estruturam seus próprios mapas cognitivos, emocionais e sociais para não ficarem esquecidos ou apenas em nível de decoração (Fochi, 2020, p. 59).

Nesse sentido, compreende-se que a BNCC (Brasil, 2017) envolve questões que “fogem” muitas vezes do que se espera das crianças, de sua própria concepção de criança e como ela envolve metas, objetivos que se diferenciam nos contextos das diversas crianças que nosso país acolhe. Um currículo homogêneo que define todas as crianças da mesma “forma” em espaços diferentes, com culturas distintas, e para minimizar ainda repassa aos Estados que a complementem com suas questões específicas.

No estado do Amazonas, o Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil – RCA (Amazonas, 2019) é um documento construído e pensado em face dos desafios de propiciar uma educação emancipatória para bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, sujeitos que se desenvolvem por meio das relações que estabelecem com as culturas. Dessa maneira, o currículo surge como um eixo que determina as experiências que serão vivenciadas em cada bimestre, semestre etc.

As crianças se desenvolvem por meio de múltiplas formas de linguagem, e, de acordo com o RCA (Amazonas, 2019), o contexto amazonense é carregado de cultura e constituído por diferentes povos, assim o currículo envolve: desenho e pintura, pois a criança expressa sua realidade por meio de rabiscos; fotografia e cinema, visto que traduz o que a humanidade já vivenciou e produziu; poesia e literatura, porque a criança manifesta sentimentos próprios; a música, que proporciona o “saber ouvir”; além disso, o teatro, a linguagem escrita, a dança e o movimento. A partir das situações propostas, perguntamo-nos: Como serão propostos os objetivos destacados? Como as atividades serão observadas? “O que fazer para garantir suas presenças em diferentes condições e situações, a partir de distintas culturas, tais como entre crianças quilombolas e de sociedades indígenas quando frequentam escolas? [...] As diferenças serão contempladas?” (Gobbi, 2016, p. 132). O documento não aborda essa questão.

A partir das políticas públicas analisadas, entendemos que há avanços significativos para a organização e atendimento às crianças em instituições na faixa etária de creches, porém há necessidade de verificar o currículo com o devido cuidado e todas as formas de orientação que “engessem” a liberdade, a criatividade e o desenvolvimento integral da criança.

Os tempos e espaços na creche

O desenvolvimento das atividades exercidas em uma instituição escolar depende de diversos fatores: espaço físico, organização das atividades pedagógicas, merenda escolar, transporte escolar e comunicação entre as famílias e a creche. Todos esses elementos dizem respeito ao currículo da Educação Infantil.

O currículo é vivo, é prática que se manifesta no cotidiano das nossas ações com bebês e crianças e que se articula com quem elas são, com o que pensam, com o que sabem, com aquilo que aprendem. O currículo na Educação Infantil é marcado por linguagens. Desde o nascimento, bebês estão imersos em um mundo com diferentes linguagens e práticas sociais utilizadas para as pessoas se expressarem, se comunicarem entre si e se organizarem socialmente. Na tentativa de entender o mundo que as rodeia, os bebês e as crianças também se utilizam dessas linguagens, observando, agindo, pensando e interpretando o mundo por meio delas, humanizando-se nesse processo (Amazonas, 2019, p. 30).

Logo, o dia a dia das creches é pensado para atender os diferentes momentos da rotina, no que diz respeito tanto às necessidades biológicas quanto à formação de seu próprio eu. A organização dos tempos e espaços nas instituições é fundamental para que o trabalho pedagógico se desenvolva e os objetivos sejam atingidos com cada faixa etária. Nesse sentido, questionamos: “O que é esse reconhecimento das possibilidades de expressar-se em diferentes linguagens? O que fazer para garantir suas presenças em diferentes condições e situações?” (Gobbi, 2016, p. 132). A BNCC (Brasil, 2017) e o RCA (Amazonas, 2019) não trazem elucidaciones a esse respeito.

Nessa perspectiva, o atendimento à criança como cidadã de direitos não pode se limitar apenas ao cuidado de suas necessidades físicas, tornando-se biologicamente apta para um desenvolvimento pleno e saudável. É preciso que a criança, a partir do currículo, crie autonomia, adquira conhecimentos e se aproprie deles: de seu próprio corpo, dando-lhes significados a partir de situações da convivência, do cuidado e dos conhecimentos adquiridos na creche e do mundo externo, o que reforça a necessidade de diálogo e de currículo que envolva a comunidade em que ela está inserida.

Desse modo, três aspectos se tornam notórios sobre a adaptação em creches. Conforme Ortiz e Carvalho (2012, p. 46), “a separação mãe-bebê e suas consequências; as mudanças na dinâmica institucional; os principais procedimentos que podem marcar esse período”. A separação mãe-bebê diz respeito a um laço com quem esteve conectado por boa parte de sua vida, no qual passa a ser um processo de vários elementos que vão compor as mudanças na

rotina da criança, passando a conviver com outras pessoas, as quais não fazem parte de seu ciclo familiar.

O segundo aspecto é o institucional, que deve ser organizado cultural e socialmente (casa e creche) e com olhar específico para as dimensões do tempo e do espaço. Por último, o terceiro aspecto refere-se à caracterização do senso comum, como se esse momento fosse apenas marcado por dificuldades, o que acarreta uma generalização de comportamentos e situações.

É quase inevitável que a criança chore no momento da separação. O choro é um modo de aliviar as tensões, e até o choro pode ter diferentes significações, sendo muitas vezes sinal de sofrimento, mas também sinal de que a criança estava retraída e assustada já está podendo se expressar e demandar atenção específica. Nem sempre a ausência de choro significa que a criança está bem, ao contrário, ela pode estar tão assustada que nem consegue se expressar. Neste sentido, é necessário lançar mão de análises mais individualizadas e de um olhar abrangente sobre todo o universo de cada situação [...] afinal, estamos falando de processo (Ortiz; Carvalho, 2012, p. 57).

Isso posto, para encararmos as múltiplas situações de adaptação das crianças que adentram as creches, é necessária uma reflexão dos pontos supracitados. Para além disso,

[...] acreditamos que, para enfrentar as dificuldades características do período crítico que é o da adaptação é necessário um trabalho coletivo, no qual os educadores debatam as diversidades inerentes ao grupo que povoa a instituição. Além disso, é preciso promover discussões e reflexões a cada novo período de entrada de crianças, aprendendo com o passado e planejando o futuro. Afinal, o objetivo de todos é que as crianças sejam acolhidas e bem-vindas! (Ortiz; Carvalho, 2012, p. 59).

Partindo da necessidade de um trabalho coletivo e das diversidades existentes no âmbito da instituição de Educação Infantil/Creche, torna-se fundamental a organização dos tempos e espaços na instituição, uma vez que estes são pensados de acordo com as observações feitas das crianças, por exemplo: os momentos em que as crianças se encontram mais quietas e inquietas, quais as brincadeiras que mais gostam e como brincam, em quais espaços se sentem mais acolhidas e como se utilizam deles. A maneira como é feita a estruturação do espaço-tempo possibilita uma melhor ressignificação no desenvolvimento da criança.

A ideia central é que as atividades planejadas diariamente devem contar com a participação ativa das crianças garantindo às mesmas a construção das noções de tempo e de espaço, possibilitando-lhes a compreensão do modo como as situações sociais são organizadas e, sobretudo, permitindo ricas e variadas interações sociais (Barbosa; Horn, 2001, p. 67).

Sendo assim, essas noções são construídas durante a rotina das crianças: no horário da chegada na creche, nos momentos da alimentação, no tocante à higiene, ao repouso e às

brincadeiras. Todas as atividades exercidas na creche, seja nos espaços abertos ou fechados, devem priorizar a manifestação das variadas formas de linguagens que elas expressam, além de respeitar as necessidades biológicas das crianças. A rotina passa, então, a ser construída conforme os momentos mais adequados e os ambientes que propiciem a melhor realização da sequência do trabalho pedagógico.

O espaço físico e social é fundamental para o desenvolvimento das crianças, na medida em que ajuda a estruturar as funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais. Inicialmente as crianças têm as suas percepções centradas no corpo; concomitante com o seu desenvolvimento corporal, sua percepção começa a descentrar-se e estabelecer as fronteiras do eu e do não-eu. Consequentemente, os espaços educativos não podem ser todos iguais, o mundo é cheio de contrastes e de tensões, sendo importante as crianças aprenderem a lidar com isso (Barbosa; Horn, 2001, p. 73).

Desse modo, os aspectos que configuram a construção do desenvolvimento das crianças precisam estar em conformidade com os meios que a rodeiam. Portanto, faz-se necessário que a/o educadora/o educador proporcione mecanismos que auxiliem a estruturar as funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais supracitadas, por exemplo: atividades de livre escolha das crianças, atividades que exijam o contato com outras crianças, atividades ao ar livre, atividades que explorem os espaços e atividades coordenadas pelos educadores, respeitando sempre o tempo e as necessidades biológicas das crianças e levando em conta os diferentes modos de utilizar o espaço, seja ele interno ou externo. Compreende-se que todo esse processo exija um planejamento político pedagógico associado à formação inicial e continuada de todos os envolvidos no processo.

METODOLOGIA

Para a efetivação desse estudo optamos pela abordagem metodológica qualitativa. A investigação qualitativa “[...] é rica em dados descritivos, é aberta e flexível e foca a realidade de forma complexa e contextualizada” (Lüdke; André, 1986, p. 18).

Trata-se de um estudo de caso, e, segundo Yin (2005), nesse tipo de investigação os resultados somente serão certos para o caso em particular, cujos resultados poderão interferir em outras realidades similares.

Para construção dos dados e caracterização dos sujeitos foi utilizada a pesquisa de campo na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observações e análise do PPP da instituição. A análise de conteúdo (Bardin, 1995) foi escolhida para trabalhar com os dados coletados. A pesquisa delimitou como lócus da investigação a Creche Municipal de Tempo Integral Profa. Jonecy Alves de Farias, que se encontra localizada na Rua Prudente de Moraes, Bairro Nova Esperança em Humaitá – AM.

A CRECHE MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL PROFA. JONECY ALVES DE FARIAS

A Creche Municipal de Tempo Integral Profa. Jonecy Alves de Farias foi inaugurada no dia 11 de novembro de 2016 e recebeu esse nome em homenagem a uma professora que trabalhou durante muitos anos na Educação Infantil no município de Humaitá – AM.

A instituição é a única no município que contempla a faixa etária de creche, oferecendo a Educação Infantil nas modalidades Maternal I e II, atendendo crianças na faixa etária de 2 a 3 anos. Funciona em tempo integral com entrada às 7h15 e saída às 17h00, tendo surgido em virtude de uma grande demanda de famílias, iniciando suas atividades para essa faixa etária em 2022. Anteriormente, recebia crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, denominada no município de Pré-escola.

Os profissionais atuam de forma integral na instituição (10 professoras, 1 pedagoga, 1 gestora, 1 secretária, 1 merendeira e 2 auxiliares de serviços gerais). Para desenvolver um trabalho eficaz e de qualidade com as crianças, todos aqueles da área da educação possuem formação superior nas mais diferentes áreas como: pedagogia, educação física etc. A creche conta ainda com uma estrutura-padrão de acordo com as orientações dadas pelos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil a fim de atender melhor as especificidades das crianças, mas o PPP (Humaitá, 2022) da creche não traz de forma explícita as características da constituição e uso desse espaço físico.

Durante as observações feitas, constatou-se que a creche tem sala de gestão, sala de secretaria, sala de professores, sala de vídeo, depósito, banheiros para professores, sala de brinquedoteca, salas de aulas, banheiros infantis (incluindo dois banheiros adaptados para

deficientes físicos), pátio coberto, espaço aberto para apresentações, quadra com areia, uma cozinha com dispensa, lavanderia e banheiros com chuveiro. Algumas salas de aulas apresentam uma metragem reduzida, o que dificulta o trabalho da professora/do professor, uma vez que a sala de aula tem que comportar materiais pedagógicos, didáticos, individuais, de descanso e higiene, os quais as crianças necessitam para passar o dia na creche. A sala dos professores também tem uma metragem bem reduzida.

Em contrapartida, algumas salas são bem maiores e com banheiros inclusos, os quais possuem um trocador, uma área com armários para guardar os pertences das crianças, além de outro armário para acondicionar os materiais pedagógicos. Essas salas também têm uma pia, e algumas delas podem ser utilizadas, outras não funcionam. Elas são usadas apenas como depósito de materiais. De forma geral, a creche é caracterizada por ter um espaço amplo, agradável, limpo, harmônico e com um parquinho (brinquedos no tamanho das crianças, de plástico) no pátio da escola e possui uma parte com grama sintética. A área externa é bem espaçosa, toda gramada e murada, com poucas árvores. O espaço não possui brinquedos (parquinho) e é quase inutilizado pela instituição.

Os móveis são em miniaturas, adequados à faixa etária das crianças, e o espaço do refeitório atende a esses critérios, assim como os banheiros. Portanto, o que se evidencia no espaço físico é o mau uso associado às transformações necessárias em razão da grande demanda de matrículas. Acreditamos que a falta de mais salas também foi um empecilho na distribuição do espaço físico.

Os recursos materiais são fornecidos pela gestão municipal e pelo governo federal, mas não são suficientes para atender as demandas, o que acarreta um grande desafio na construção do trabalho pedagógico. A coordenação da instituição solicita então dos responsáveis das crianças uma contribuição com alguns materiais, algo que não é compatível com o diagnóstico feito da comunidade atendida pela creche, pois a maior parte das famílias é de baixa renda. Portanto, é visível que as formas de arrecadar os materiais pedagógicos não favorecem a comunidade.

A fundamentação teórica e base legal da creche, segundo o PPP (Humaitá, 2022), dizem respeito à melhoria do atendimento das crianças que a frequentam, conforme as orientações

dadas pela BNCC (Brasil, 2017), pelas DCNEI (Brasil, 2009c) e outros documentos, visando o desenvolvimento integral das crianças, no sentido de promover a qualidade do trabalho docente, norteando e orientando as ações da gestão e coordenação pedagógica. As concepções de aprendizagem e ensino buscadas pela creche objetivam: consolidar a identidade da criança, desenvolver a autonomia, englobar as competências e viver as primeiras experiências de cidadania.

A creche reafirma em seu PPP (Humaitá, 2022) os direitos de aprendizagem e desenvolvimento explícitos na BNCC (Brasil, 2017). Dessa forma, também trabalha com os campos de experiências para a Educação Infantil, os quais se encontram colados nas paredes das salas de aula com a rotina das crianças e os tempos que serão experienciados no decorrer do dia.

A creche segue a Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Humaitá (2022), também conhecida como Proposta Curricular Pedagógica (PCP). A proposta serve como um organizador do currículo que os educadores devem seguir, estrutura os objetivos da aprendizagem e o desenvolvimento delas, estabelecendo também o trabalho pedagógico por campo de experiências.

A pedagoga da Creche Municipal de Tempo Integral Profa. Jonecy Alves de Farias relatou que não há uma proposta construída por eles, mas que recebem da Secretaria Municipal de Educação – Semed/Humaitá uma proposta específica baseada na PCP (Humaitá, 2022), na qual a organização dos tempos já se encontra na rotina, com os campos de experiências e horários a serem trabalhados. Os campos de experiências são separados por bimestre e seus respectivos temas, proporcionando que os educadores se dividam por faixa etária e planejem juntos o trabalho pedagógico. Na explicação da pedagoga, o fato de os campos de experiências serem divididos por bimestres não impede que os educadores “passeiem” por eles, podendo transitar no documento conforme a necessidade das crianças.

Destacamos que a creche atende somente a faixa etária dos 2 e 3 anos. No município, não são atendidos os bebês (1 ano e 7 meses). Sendo assim, o direito à educação/acesso a essa faixa etária não é reconhecido. A pedagoga informou ainda que a lista de espera por matrículas é extensa.

Figura 1 – Recorte do Organizador – Curricular Maternal I

Maternal I- 2 Anos

Quadro VI – Organizador curricular do Maternal I (2 anos)

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS (MATERNAL I- 2 ANOS)		
OBJETIVO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	PROPOSTA TEMÁTICA	EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA
[EIO2EO01] Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.	<ul style="list-style-type: none"> • Valores para a vida em sociedade. • Cuidados com a organização do ambiente. • Respeito à individualidade e à diversidade de todos. • Família e escola. • Práticas sociais relativas à higiene. • Meu corpo e o do outro. • Nome próprio e do outro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interagir por meio de diferentes linguagens com professores(as) e crianças, estabelecendo vínculos. • Receber visitas e visitar crianças de outras turmas. • Conhecer e relacionar-se com profissionais e outros indivíduos da instituição. • Reconhecer seus familiares. • Interagir com familiares no desenvolvimento de ações pedagógicas. • Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito. • Demonstrar quando suas ações podem gerar conflitos ou afinidades.

Fonte: Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Humaitá (2022).

A Figura 1 mostra o organizador curricular do Maternal I, o qual serve como um precursor do trabalho que deve ser desenvolvido na creche, compreendendo todos os eixos do desenvolvimento das crianças. O organizador se encontra estruturado por campos de experiências: o eu, o outro e o nós. Na primeira coluna, está o Objetivo de Aprendizagem e Desenvolvimento, caracterizado por código alfanumérico, referindo-se ao Objetivo de Aprendizagem e Desenvolvimento da Educação Infantil.

Na segunda coluna, situa-se a Proposta Temática, cujos elementos serão didaticamente abordados pelo educador, visando a articulação de diferentes experiências pedagógicas. A última coluna, Experiência Pedagógica, diz respeito às múltiplas vivências que a criança precisa ter em seu desenvolvimento durante as aulas, por exemplo: atividades, interações, brincadeiras e jogos. Caracterizam-se como uma experiência vivenciada, sendo o educador o mediador, aquele que oportuniza aprendizagens. Vale ressaltar que os organizadores curriculares do Maternal são dispostos de forma contínua, não sendo eles fragmentados por dias, meses ou semestres.

A Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Humaitá (2022, p. 21) evidencia que “[...] o professor tem autonomia para trabalhar os objetivos de aprendizagem ao longo de todo ano escolar, isso possibilita a flexibilidade do planejamento docente para revisar objetivos cujo docente considerou que a turma (um grupo de alunos ou mesmo um aluno), ainda não o alcançou”.

Construir uma proposta pedagógica implica a opção por uma organização curricular que seja um elemento mediador fundamental da relação entre a realidade cotidiana da

criança – as concepções, os valores, os desejos, as necessidades e os conflitos vividos em seu meio próximo – e a realidade social mais ampla, com outros conceitos, valores, e visões de mundo (Oliveira, 2011, p. 169).

Compreende-se pelas questões apresentadas um currículo prescrito e “engessado”, construído inicialmente pelas indicações da BNCC (Brasil, 2017), com quadros, sequências de objetivos, fases e etapas que não consideram as especificidades das crianças das comunidades atendidas (a única da área urbana).

Organização da rotina escolar

A Creche Jonecy dispõe de um cronograma que orienta as atividades específicas da rotina das crianças. Para tanto, a creche disponibiliza um(a) professor(a) em cada sala de aula e um(a) cuidador(a); quando existem crianças com alguma deficiência ou transtorno em sala de aula, ela conta com uma cuidadora exclusiva para atender suas especificidades.

A pedagoga relatou que os pais tinham muito receio em matricular seus filhos na creche, mas com a rotina e a experiência vivenciada até o momento eles já se sentem mais tranquilos, pois conhecem como é funcionamento na creche, o que provocou uma intensidade na procura de vagas. Apresentamos a seguir a rotina das crianças.

Quadro 1 – A rotina da creche

ATIVIDADE	HORÁRIO	COMO É DESENVOLVIDA
Organização da acolhida das crianças	Às 07h15min	A primeira cuidadora organizará a acolhida e os materiais para receber as crianças.
Acolhida	Das 07h30min às 07h45min	Com a chegada das crianças, será realizada a acolhida pela professora titular da turma com o auxílio da primeira cuidadora.
Primeira refeição	Das 07h45min às 08h15min	Será realizada a 1.ª refeição (café da manhã) das crianças, com a primeira cuidadora e a professora.
Atividade pedagógica	Das 08h15min às 09h15min	As crianças terão atividades pedagógicas em sala de aula, e uma vez na semana cada turma terá aula de Educação Física, desenvolvendo o campo de experiência Corpo, Gestos e Movimento. O momento das atividades pedagógicas será realizado pela professora com o auxílio da primeira cuidadora.

Segunda refeição	Das 09h15min às 10h00min	As crianças terão sua segunda refeição, momento este realizado pela primeira cuidadora com o auxílio da professora.
Banho	Das 10h00min às 11h00min	O banho das crianças será dado pela primeira e segunda cuidadoras, com o auxílio da professora de sala de aula.
Terceira refeição e escovação	Das 11h00min às 12h00m	Será a terceira refeição (almoço) dos alunos e logo após o almoço ocorrerá a escovação, momento realizado pelas cuidadoras com o auxílio da professora.
Soneca	Das 12h00min às 13h30min	As crianças terão o momento de descanso, e logo após o almoço vão dormir. Em cada sala de aula, terá um espaço que será usado para os alunos dormirem.
Quarta refeição	Das 13h30min às 14h00min	As crianças terão sua quarta refeição, momento este realizado pela terceira cuidadora com o auxílio da professora.
Atividade pedagógica	Das 14h00min às 15h00min	As crianças terão atividades pedagógicas em sala de aula.
Quinta refeição	Das 15h00min às 15h45min	As crianças terão sua quinta refeição e logo após escovarão os dentes, momento este realizado pela terceira cuidadora com o auxílio da professora.
Organização da saída	Das 15h45min às 16h00min	Logo após a quinta refeição, a terceira cuidadora e a professora organizarão a saída dos alunos .
Despedida e organização do material para o dia seguinte	Das 16h00min às 17h00min	Este será o horário em que os pais/responsáveis buscarão os alunos , momento conduzido pela professora e pela terceira cuidadora, assim como será feita a organização do material para o dia seguinte.

Fonte: Creche Municipal de Tempo Integral Profa. Jonecy Alves de Farias (2023) – grifos nossos.

O Quadro 1 mostra, de maneira geral, a organização da rotina das crianças na creche (criado pela instituição), a rotina das crianças, as trocas de cuidadoras em sala, a distribuição das atividades e os horários, os momentos de refeições. Nota-se uma forma de rodízio entre as três cuidadoras de cada sala. O termo “os alunos” foi destacado no texto para que pudéssemos

evidenciar que nessa faixa etária compreendemos que o adequado seria mencionar “as crianças”.

Acreditamos que, além de apresentar a rotina na creche, é importante evidenciar outras situações que permeiam o ambiente de Tempo Integral. A pedagoga da creche relatou que existem alguns desafios a serem superados, como o de os educadores ainda realizarem a prática pedagógica de maneira tradicional, pois alguns vieram do Ensino Fundamental e sua maioria não se interessa por diversificar as atividades, relacionando com o brincar e com a utilização de diferentes materiais e espaços.

Além disso, há necessidade de uso de espaços mais amplos para atender as crianças, ambientes ao ar livre, o contato com a grama, os balanços, a quadra de areia etc., tendo em vista, que é muito estressante para as crianças permanecerem o dia todo em espaços fechados, sem gastar energia e experienciar novas interações. Sendo assim, também é muito desgastante para o educador, pois ele passa o dia todo na creche, assim como as crianças.

Outro desafio relevante destacado que envolve essa prática pedagógica é a ausência de formação continuada para atender todos os profissionais da creche, além de uma formação mais voltada para os cuidadores, assim como o suporte de acompanhamento psicológico e fortalecimento nos grupos.

As datas comemorativas são consideradas como marcos importantes durante todo o ano, sempre lembradas e realizadas: Páscoa, Dia das Mães, Aniversário da Cidade, Festa Junina, Festa dos Pais, Independência do Brasil, Festa da Criança, Festa dos Professores e Festa da Família. Esse formato já vem com um calendário da própria secretaria de educação para ser viabilizado nas escolas, muitas vezes com o projeto pronto, como foi o caso do aniversário do município em 2023.

Nesse sentido, levantamos os seguintes questionamentos detalhados por Lira, Dominico e Martins (2018, p. 139): “O que evocam tais celebrações? A que servem? Que intencionalidades tem esse trabalho? O que agregam ao desenvolvimento das crianças? Como se relacionam com as necessidades e curiosidades das crianças?”. Tais momentos, segundo as autoras, trazem “as lembranças que temos desses momentos lembram o desejo das crianças de brincarem na hora dos ensaios, a irritação dos pequenos em permanecer muito tempo na

mesma atividade, a resistência e o choro nos palcos e a preocupação por parte do professor [...]”. O que traz a necessidade de (re)pensar “Para que e para quem esse currículo é pensado e organizado?” (Lira, Dominico e Martins, 2018, p. 143). Ainda deve-se lembrar que essas datas, como o Dia das Mães e dos Pais, podem gerar desconfortos às crianças que perderam seus familiares ou pela forma capitalista como elas são consideradas pela sociedade, além das questões religiosas que muitas vezes não envolvem todas as crianças.

Segundo Fochi (2020, p. 70), a organização do currículo da Educação Infantil, a partir de campos de experiência, significa reconhecer que as crianças têm, em si, o desejo de aprender, que carregam a curiosidade como seu ímpeto interno para interpelar o mundo. Por essa razão, o adulto deve ficar atento para descobrir onde meninos e meninas estão canalizando suas energias para, então, a partir disso, criar condições externas a fim de que eles possam colocar à prova suas “teorias provisórias”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo para a Educação Infantil é pauta de diversos debates em razão da necessidade de pensar em uma política curricular centrada nos sujeitos dessa construção pedagógica da infância, considerando seus saberes, direitos, aprendizagens e particularidades. Como afirmam Pereira e Iglesia (2022, p. 75), o acúmulo de conhecimentos da área da Educação Infantil tem revelado a necessária consolidação de uma pedagogia para a infância, que considere as especificidades dos bebês e das crianças pequenas e suas culturas, em superação a uma concepção de formas tradicionais de compreender o currículo.

A organização da instituição precisa ser pensada conforme o contexto das crianças, suas necessidades e vivências, prevendo sua intencionalidade. Em suma, vivenciar um currículo de acordo com as especificidades das crianças, pensado e organizado com fins pedagógicos, proporcionando a compreensão da criança sobre si própria e o ambiente em que se encontra inserida, o que evidencia um currículo criado para a emancipação da criança como um sujeito de direitos e saberes.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2012.

AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense-Educação Infantil**. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vXiNGFZD7cN5AuPzAKjVQpcYGPQuca7b/view>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL, 1988. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://Legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009**. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2059%2C%20DE%2011%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202009&text=208%2C%20de%20forma%20a%20prever,e%20ao%20caput%20do%20art. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009c. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf?query=FAM%C3%8DLIA. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC; Consed; Undime, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvoll1.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na Escola Infantil. *In: CRAIDY, Carmen Maria (org.); KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (org.). Educação Infantil: pra que te quero?*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79.

FOCHI, Paulo Sergio. Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 25, Dossiê, p. 52-72, 2020. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FOCCCE>. Acesso em: 9 set. 2023.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entreatos: precisamos de BNCC ou seria melhor contar com a Base?. **Debates em Educação**, v. 8, n. 16, p. 118, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2401>. Acesso em: 9 set. 2023.

HUMAITÁ. **Projeto Político Pedagógico**. Creche Municipal de Tempo Integral Profa. Jonecy Alves de Farias, 2022.

HUMAITÁ. **Proposta Curricular Pedagógica da Educação Infantil** – PCP. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua – Educação 2022**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO Eliana; MARTINS, Lilian. Currículo e planejamento na Educação Infantil: datas comemorativas em debate. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 1, p. 137-153, jan./abr. 2018. DOI: 10.18226/21784612.v23.n1.8. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/conjectura/v23n1/2178-4612-conjectura-23-01-137.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino.)

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Cisele; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de. Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação. *In*: BAROUKH, Josca Ailine (coord.); ALVES, Maria Cristina Carapeto Lavrador (org.). São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção InterAções.)

PEREIRA, Soeli Terezinha; IGLESIA, Yara Rodrigues de La. A política curricular da Educação Infantil: uma análise crítica. **REUNINA: Revista de Educação e Ensino da Faculdade Unina**, v. 3, n. 02, 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: 25 de setembro de 2023

Aprovado em: 20 de outubro de 2023

Publicado em: 01 de novembro de 2023.

Autoria:

Autor 1

Nome: Milena Azevedo de Andrade

Breve currículo: Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, do município de Humaitá - AM. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil - GPEDIN. Desenvolveu Pesquisa de Iniciação Científica - PIBIC nos anos de 2022-2023.

E-mail: milena.azevedo.andrade@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0000-0872-7173>

País: Brasil

Autor 2

Nome: Zilda Glaucia Elias Franco

Breve currículo: Doutora em Educação: Currículo pela PUC/SP. Professora do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil – GPEDIN.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

E-mail: zildaglaucia@ufam.edu.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1654-7102>.

País: Brasil